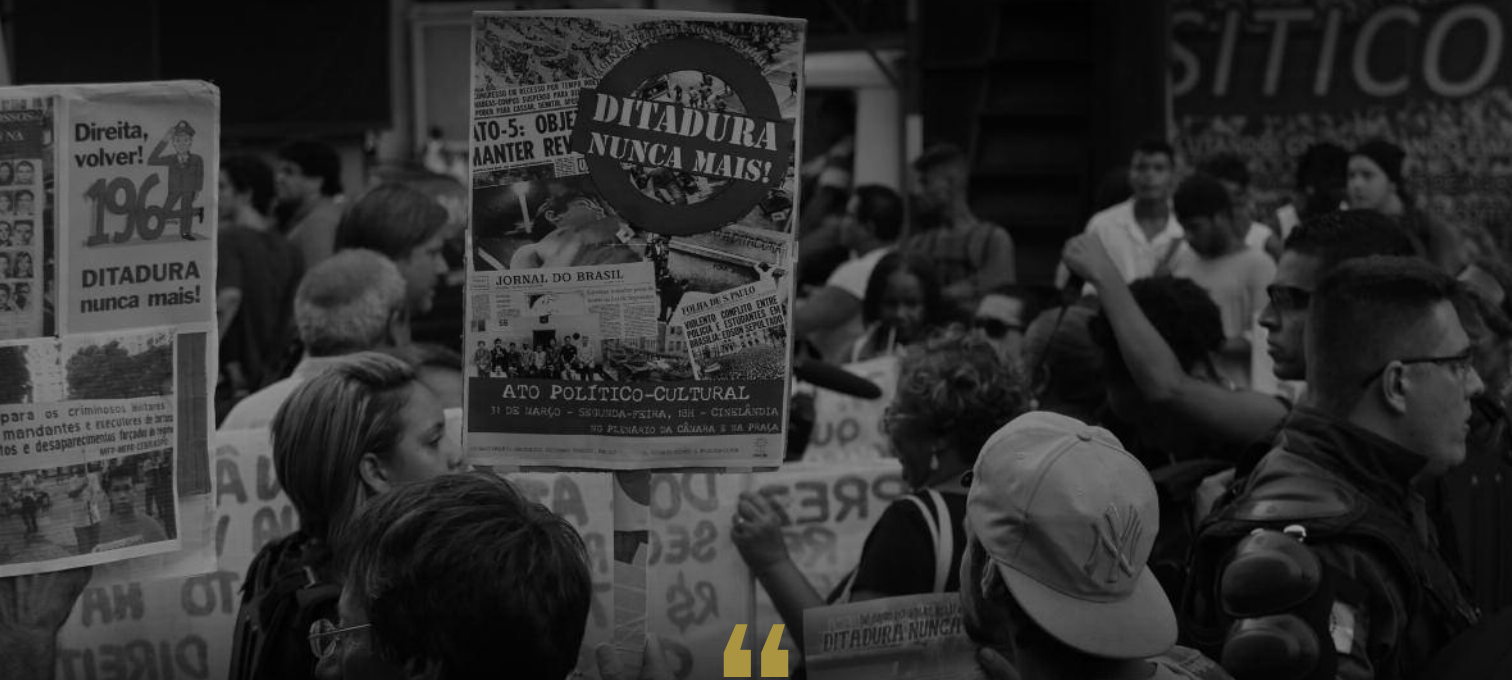


BRASIL



“

VIVEMOS UMA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E RECORRENTE. A IMPUNIDADE DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS OCORRIDAS NO CAMPO GARANTE A EFICÁCIA DA REPRESSÃO E AUMENTA A LISTA DE PESSOAS E GRUPOS AMEAÇADOS E ASSASSINADOS

”

GRUPO DE AÇÃO URGENTE DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DO BRASIL

NOS ÚLTIMOS ANOS, TEM HAVIDO UM RESSURGIMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA DIREITOS HUMANOS E CONTRA PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS no Brasil e uma redução na proteção dos direitos humanos pelo Estado. A polícia comete excessos no uso da força, particularmente durante protestos. Homens negros e pessoas jovens, especialmente aqueles/as que vivem em favelas e outras comunidades marginalizadas e que defendem seus direitos, são desproporcionalmente alvo de violência por parte de agentes da lei. Pessoas defensoras de direitos humanos, principalmente aquelas que defendem os direitos à terra e ao meio ambiente, ou os direitos dos povos indígenas e quilombolas (afrodescendentes), enfrentam ameaças e ataques crescentes. A violência contra mulheres e meninas é generalizada, mas os riscos específicos enfrentados pelas defensoras de direitos humanos são amplamente ignorados, tanto pela sociedade civil quanto pelo governo. Violações de direitos humanos e discriminação contra refugiados/as, solicitantes de refúgio e migrantes intensificaram-se, criando um clima de hostilidade ao trabalho de defensores e defensoras.¹⁶ Dado o aumento dos níveis de violência contra pessoas defensoras e o dismantelamento sistemático dos sistemas estatais de proteção¹⁷ de direitos humanos, agora, mais do que nunca, é necessário fortalecer as lutas de movimentos sociais, ativistas, povos indígenas e comunidades para alcançar a proteção de seus direitos humanos, por meio da priorização de implementação de uma estratégia eficaz para proteger defensores e defensoras de direitos humanos.

A situação das pessoas defensoras no Brasil está intimamente ligada à crise política e econômica do país. A economia sofreu uma enorme recessão, com uma queda na renda real per capita de 9% entre 2013 e 2016; o crescimento é estruturalmente muito lento; a posição fiscal é insustentável; e um escândalo de corrupção¹⁸ afundou a elite política e os principais empresários. De acordo com projeções baseadas em dados do Banco Mundial, o Brasil será a economia mais fraca da região ao longo de 2019.¹⁹ Ao mesmo tempo, o Supremo Tribunal Federal autorizou investigações criminais para um terço dos atuais ministros do governo, um terço dos/as senadores/as e um terço dos/as governadores/as estaduais, além do presidente e lideranças do Congresso e dos principais partidos políticos.²⁰ Após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, as elites políticas e econômicas estão ainda mais determinadas a avançar com projetos baseados na extração e exploração de recursos naturais e humanos do Brasil como solução para seus problemas econômicos. O governo e seus aliados no Congresso veem qualquer tentativa de proteger o meio ambiente, os direitos dos povos indígenas ou comunidades rurais como uma ameaça aos seus interesses econômicos. No entanto, em uma decisão que causou surpresa, o governo brasileiro anunciou oficialmente que acabaria com a política estabelecida de construção de grandes represas, incluindo a construção de várias delas na região amazônica. Isso potencialmente remove uma grande ameaça às condições de vida dos povos indígenas na região.²¹ A crise política, além de gerar instabilidade, tem contribuído para a intensificação das manifestações de ódio e ataques a pessoas defensoras. Apesar do fato de que esforços consideráveis foram feitos nos últimos anos para documentar todos os ataques, ainda há falhas devido à complexidade da situação, incluindo: o tamanho do país e a dificuldade em acessar informações precisas em áreas remotas.

Em 2016, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino - CPT²² (criado pela Comissão Pastoral da Terra para coletar e analisar informações sobre violações de direitos humanos em áreas rurais) documentou o maior número de conflitos em áreas rurais dos últimos 32 anos. Foram registrados 1.079 conflitos, uma média de 2,9 incidentes por dia. Além disso, os assassinatos de ativistas em áreas rurais aumentaram 22% em relação a 2015 e representaram o maior número de casos desde 2003.²³ O relatório "Vidas em Luta: Criminalização e Violência contra Defensoras e Defensores de Direitos Humanos no Brasil"²⁴ publicado em 2016 pelo Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos²⁵ (CBDDH), com base em dados do CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, documentou o assassinato de 66 pessoas defensoras em 2016. Em seu Relatório Anual de 2017, publicado em janeiro de 2018, a Front Line Defenders reportou a morte de 65 pessoas defensoras de direitos humanos no Brasil.²⁶ Os números revisados para 2017, publicados em abril de 2018 pelo CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, mostram este continuado aumento dramático, com 70 assassinatos registrados, um aumento de 15% até mesmo em relação a 2016.²⁷ A grande mudança em 2017 é o aumento do número de massacres.²⁸ Dos 70 assassinatos registrados em 2017, 28 – ou 40% – ocorreram durante um massacre.²⁹

Essa situação é exacerbada pelo fato de que os que estão no poder se concentram em proteger seus próprios interesses e os interesses dos grandes proprietários de terras e das corporações transnacionais. A situação também é reforçada pela influência dos militares e persistentes desigualdades sociais, étnicas, raciais e de gênero. Enquanto não houver nenhum movimento para abordar as causas sistêmicas da injustiça, continuarão a haver ataques diários a pessoas defensoras de direitos humanos e abuso geral dos direitos humanos. Embora a maioria dos assassinatos no país esteja relacionada à defesa da terra e dos direitos dos povos indígenas, a violência contra defensores e defensoras de direitos humanos ultrapassou esses setores e inclui violações em áreas urbanas, como contra aquelas pessoas que trabalham nas favelas do Rio de Janeiro

ESSA SITUAÇÃO É EXACERBADA PELO FATO DE QUE OS QUE ESTÃO NO PODER SE CONCENTRAM EM PROTEGER SEUS PRÓPRIOS INTERESSES E OS INTERESSES DOS GRANDES PROPRIETÁRIOS DE TERRAS E DAS CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS

ou ativistas LGBTI em Curitiba. O modelo econômico brasileiro baseia-se, em grande parte, no desenvolvimento de megaprojetos, como represas e plantas hidroelétricas, que impactam enormemente a vida de povos indígenas. A decisão de acabar com o desenvolvimento de projetos de represas hidroelétricas na bacia do Amazonas é um progresso bem-vindo. Esses projetos devem ser desenvolvidos sob a supervisão de órgãos estatais apropriados. No entanto, a falta de supervisão resulta em irregularidades financeiras e de planejamento, devido à falha em medir o impacto social e ambiental desses projetos. Esse modelo de “desenvolvimento a qualquer custo”,³⁰ baseado na implacável exploração dos recursos naturais do país, é inerentemente discriminatório, na medida em que prioriza ganhos econômicos de curto prazo para poucos em detrimento do acesso a direitos para a maioria da população brasileira.

ATAQUES A TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS

Os grandes proprietários de terra detêm cerca de 45% das terras rurais no Brasil,³¹ enquanto os pequenos agricultores possuem apenas 2,3% das terras. Essa concentração de recursos nas mãos de poucos ricos deriva da história de escravidão do país e do assassinato em massa de povos indígenas. O resultado hoje é a tensão crônica entre aqueles/as que possuem terras e aqueles/as que não as possuem.³² Isso criou uma situação de agravamento, infelizmente previsível, da violência que está afetando a vida daquelas pessoas que defendem os direitos humanos no Brasil.³³ Famílias que vivem em terras de reassentamento, no âmbito do programa de reforma agrária, estão sob ameaça de ataques constantes, incluindo ameaças de morte, tortura, manutenção em cativeiro, incêndio de casas, cercas cortadas, envenenamento por dispersão aérea de agrotóxicos e tiros em casas e veículos. De acordo com um relatório da Global Witness de 2017,³⁴ 46 pessoas defensoras do meio ambiente e do direito à terra foram mortas no Brasil em 2017.³⁵ Na maioria desses casos, não houve investigação adequada e os agressores não foram levados à justiça.

O Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores dos Direitos Humanos³⁶ considera que um sistema de alerta preventivo para identificar conflitos sérios, à medida que se desenvolvem, é de extrema importância e permitiria ao governo intervir preventivamente para prevenir o agravamento das violações de direitos humanos, como o aumento do número de assassinatos múltiplos. Embora o Estado tenha total responsabilidade pela proteção das pessoas defensoras, em muitos casos a polícia ou integrantes das forças de segurança estão implicados nos assassinatos. O Estado tem uma clara responsabilidade de proteger defensoras e defensores de direitos humanos, mas também de tomar medidas efetivas contra os perpetradores que fazem parte da polícia e das forças de segurança. De acordo com dados do CEDOC Dom Tomás Balduino -

CPT, em 2015 houve 50 mortes, 144 pessoas foram ameaçadas e houve 59 tentativas de assassinatos em áreas rurais. Os estados de Rondônia, Pará e Maranhão foram responsáveis por 90% desses casos. Em 2016, as regiões Norte e Nordeste foram as mais perigosas para pessoas defensoras, representando a maioria dos assassinatos, com 56 mortes.³⁷ Desde 2017, o padrão de assassinatos mudou de mortes individuais para ataques brutais em comunidades, com destaque para a extrema crueldade empregada.³⁸ Em maio de 2017, dez pessoas defensoras do direito à terra foram mortas a tiros pela polícia em Pau D'arco. Seis semanas depois, uma testemunha dos assassinatos, que havia se escondido, também foi assassinada.

EMBORA VÁRIAS LEIS QUE PROTEGEM OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS TENHAM ENTRADO EM VIGOR APÓS A INTRODUÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988, PERMANECE O FATO DE QUE, APÓS MAIS DE 25 ANOS, AINDA HÁ MUITO A SER FEITO PARA IMPLEMENTAR ESSES DIREITOS

MARIA TRINDADE DA SILVA COSTA



Maria Trindade da Silva Costa era uma líder quilombola na comunidade de Santana do Baixo Jambuçu em Moju, estado do Pará. No dia 23 de junho de 2017, Maria Trindade partiu em sua bicicleta para visitar amigos/as da região. Seu corpo foi encontrado no dia seguinte. Ela foi severamente espancada e havia sinais de agressão sexual. Segundo familiares, Dona Trindade, como era conhecida, era popular na área e reconhecida por seu trabalho como líder comunitária e era uma respeitada defensora de direitos quilombolas. Ela

também era uma integrante ativa de uma igreja local. A brutalidade e a natureza sexual do ataque destacaram mais uma vez o duplo impacto do racismo e da discriminação de gênero enfrentados pelas mulheres negras no Brasil e, principalmente, a vulnerabilidade de mulheres como Dona Trindade, que fazem campanha pelos direitos quilombolas.

FLAVIO GABRIEL PACIFICO DOS SANTOS



No dia 19 de setembro de 2017, o líder quilombola Flávio Gabriel Pacífico dos Santos, 38 anos, conhecido por todos como “Binho do Quilombo”, foi morto com pelo menos 10 tiros na cidade de Simões Filho. Binho do Quilombo era filho da ex-secretária de Promoção da Igualdade Racial do município, Maria Bernadete Pacífico. Ele havia acabado de deixar o filho na escola e estava se dirigindo ao funeral de um amigo, quando um carro branco parou e dois homens abriram fogo. Binho do Quilombo era um respeitado defensor de direitos quilombolas na região

de Pitanga de Palmares. Ele também foi candidato a vereador nas eleições de 2012 e 2016.

POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Povos indígenas e comunidades tradicionais são rotineiramente marginalizados na sociedade brasileira. Suas terras e territórios são usurpados por grileiros, fazendeiros e pelo próprio Estado. Embora várias leis que protegem os direitos dos povos indígenas tenham entrado em vigor após a introdução da Constituição de 1988, permanece o fato de que, após mais de 25 anos, ainda há muito a ser feito para implementar esses direitos, especialmente no que diz respeito ao acesso e recuperação de terras. “A incerteza jurídica gerada pela falta de reconhecimento territorial exacerba esses conflitos e a situação de vulnerabilidade que essas comunidades sofrem ao lidar com atores de interesse econômico nesses territórios”.³⁹ Mesmo o progresso limitado alcançado até o momento está ameaçado pelas propostas do governo para reduzir o número de terras dos povos indígenas e minar o trabalho da FUNAI⁴⁰ e do INCRA⁴¹ (órgãos responsáveis pela proteção dos direitos dos povos indígenas) na demarcação e concessão de títulos às terras dos povos indígenas. Em maio de 2017, foi aprovado o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou a FUNAI e o INCRA. Este relatório preocupantemente exigiu o indiciamento de 67 pessoas, incluindo lideranças indígenas e antropólogos/as. A criminalização e o desmantelamento do trabalho do INCRA e da FUNAI é uma área particular de preocupação, uma vez que isso serve aos interesses do grupo “ruralista” latifundiário⁴² no Congresso Nacional, o qual quer acesso a grandes extensões de terra pertencentes a povos indígenas. Este grupo considera o trabalho da FUNAI e do INCRA e o processo de reforma agrária como uma ameaça aos seus interesses econômicos.

O relatório da CPI⁴³ alegou que a FUNAI e o INCRA estavam envolvidos em corrupção e eram desnecessariamente conflitivos, mas omitiu qualquer referência ao aumento de conflitos fundiários nos últimos anos e ao aumento da incidência de assassinatos de lideranças indígenas, quilombolas e pessoas lutando pela redistribuição de terras. Desde 2015, houve um aumento consistente da violência contra integrantes de comunidades quilombolas. De acordo com organizações da sociedade civil brasileira, 14 integrantes de comunidades quilombolas foram mortos/as em 2017. A violência contra os povos indígenas no estado do Maranhão, que abriga o povo Gamela, é típica da crise em todo o país. Existem atualmente cerca de 376 comunidades no estado do Maranhão que vivenciam a violência e os conflitos no campo. Somente em 2016, 196 incidentes de violência contra comunidades rurais foram relatados. O Maranhão foi o estado com o maior número de pessoas indígenas assassinadas em 2016. Neste mesmo ano, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) denunciou vários ataques paramilitares organizados por fazendeiros tendo como alvo lideranças do povo Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Um dos ataques resultou na morte de Clodiody Aquileu.⁴⁴ Gravações de vídeo mostraram vários homens armados incendiando habitações em um episódio brutal que, além de matar um indígena, deixou outros/as seis feridos/as, incluindo uma criança. O grupo étnico Guarani-Kaiowá é formado por aproximadamente 60.000 pessoas que vivem em mais de 50 comunidades. Embora o caso do Mato Grosso do Sul seja particularmente terrível, há um padrão claro de abuso e violência contra pessoas defensoras de direitos humanos indígenas em todo o Brasil.

A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIZAÇÃO QUE OCORREM NAS CIDADES AFETAM ESPECIALMENTE AS PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS QUE TRABALHAM PELO DIREITO À MORADIA, GRUPOS QUE DEFENDEM OS DIREITOS DA COMUNIDADE LGBTI, PROFISSIONAIS DO SEXO, JOVENS NEGROS/AS, LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS, TRABALHADORES/AS COMUNITÁRIOS/AS NAS FAVELAS E ESTUDANTES

JANE JULIA DE ALMEIDA



Em 24 de maio de 2017, dez trabalhadoras e trabalhadores rurais foram mortos/as no município de Pau d'Arco, no estado do Pará, durante uma operação combinada das Polícias Militar e Civil. A ação aconteceu na fazenda Santa Lúcia, que mais uma vez fora ocupada por sem-terra. As famílias estão lutando para que a terra seja redistribuída no âmbito do programa de reforma agrária. Entre os/as mortos/as estava Jane Júlia de Almeida, liderança do acampamento, a única mulher assassinada naquele dia. Jane Júlia de Almeida havia sugerido que o grupo ficasse onde estavam. Ela acreditava

que a polícia não iria procurá-los na chuva, mas estava enganada. De acordo com uma testemunha: “Enquanto o grupo estava sob uma lona esperando a chuva parar, a polícia chegou atirando, enquanto corriam e gritavam que todos iriam morrer. Eu fugi, mas ela ficou sentada lá. Eu não sei se eles a mataram sentada, só me lembro que eles estavam dizendo: levante-se para morrer, puta velha, vagabunda, vadia. Então eles sorriram e atiraram nela”.

MARINALVA MANOEL



Marinalva Manoel vivia em Ñu Verá, uma comunidade de 28 famílias Guarani Kaiowá que lutam para que a terra onde vivem e trabalham seja reconhecida como pertencente a um povo indígena. A comunidade está reivindicando uma área de aproximadamente 600 hectares. Apesar de o processo legal de reconhecimento estar em estágio avançado, as comunidades estão sob muita pressão de fazendeiros locais que contestam sua reivindicação, e também de empreiteiras, que querem ter a terra para construção de empreendimentos, já que ela fica próxima à cidade. Marinalva era integrante do Grande Conselho Guarani-Kaiowá Aty Guassu

dos Guarani Kaiowá. Duas semanas antes de ser morta, Marinalva foi a Brasília como parte de uma delegação de lideranças representando povos indígenas. Eles/as haviam acampado em frente ao Supremo Tribunal Federal para protestar contra a proposta de reverter a decisão de conceder a terra aos Guarani Kaiowá. Marinalva havia denunciado repetidamente o recente aumento de ameaças por parte de fazendeiros locais ou de pessoas empregadas por eles. Na manhã de 1 de novembro de 2014, o corpo de Marinalva foi encontrado na beira de uma estrada com vários ferimentos por faca.

Na Bahia, os/as indígenas tupinambás também sofrem todo tipo de preconceito e violência física e cultural. Ameaças de morte são constantes e suas lideranças são perseguidas, atacadas e encarceradas. O fracasso do Estado em reconhecer ou abordar a questão dos ataques contra os povos indígenas e quilombolas e suas lideranças indica que há um risco real de que esses povos indígenas sejam marginalizados, a fim de que se possa usurpar suas terras e seja facilitada a exploração dos recursos naturais disponíveis nelas. Este fato de que há virtualmente impunidade total significa que pessoas defensoras de direitos dos povos indígenas e lideranças comunitárias específicas podem ser sistematicamente eliminadas como forma de aterrorizar toda a comunidade. Os povos indígenas no Brasil e suas lideranças estão mais em risco agora do que em qualquer outro momento de sua história recente.⁴⁵

VIOLÊNCIA EM MEIOS URBANOS

A violência e a criminalização que ocorrem nas cidades afetam especialmente as pessoas defensoras de direitos humanos que trabalham pelo direito à moradia, grupos que defendem os direitos da comunidade LGBTI, profissionais do sexo, jovens negros/as, lideranças comunitárias, trabalhadores/as comunitários/as nas favelas e estudantes. As cidades brasileiras estão experimentando uma onda acelerada e sistêmica de violência brutal, incluindo violência estatal, particularmente por parte da polícia; ataques de grupos extremistas e milícias financiadas por grandes empresas; e violência indiscriminada resultante de disputas territoriais entre gangues. Neste clima de violência generalizada, os assassinatos de mulheres ou ativistas que trabalham com as populações de rua e prisionais são todos agrupados como “violência urbana” ou são incluídos nas estatísticas da “guerra às drogas”. Muitas pessoas também foram feridas ou até mortas durante desocupações. Em maio de 2017, por exemplo, durante uma desocupação forçada na favela de Belo Horizonte, um ativista de direitos urbanos de 14 anos foi baleado na boca a uma distância de menos de 1,5 metro.

No Rio de Janeiro, ativistas e moradores/as das favelas que lutam contra a violência institucional têm sido sistematicamente intimidados/as e seriamente ameaçados/as por policiais militares e civis.⁴⁶ Os relatos incluem grampos ilegais, sequestros direcionados, invasões de domicílios, assédio sexual, estupro e até mesmo disparos de armas de fogo contra defensores e defensoras. Entre janeiro e julho de 2017, 642 pessoas foram mortas como resultado de operações policiais no Rio de Janeiro. Segundo a ONG brasileira Justiça Global, até o final de 2017, 1.124 pessoas foram mortas pela polícia, fazendo desse o ano mais letal de todos.⁴⁷ A maioria dessas mortes foram execuções sumárias de jovens negros, o que a

polícia alegou serem ações em legítima defesa. E 2018 não está nada melhor – onze dias após o assassinato da vereadora e defensora de direitos humanos do Rio, Marielle Franco, pelo menos oito pessoas foram mortas no que alegadamente foi um ataque de vingança da polícia depois que um policial foi morto.⁴⁸ A impunidade em torno dos casos de assassinatos cometidos pela polícia alimenta o ciclo de violência policial no Rio de Janeiro. Essa atitude envia uma mensagem de que as autoridades toleram o comportamento ilegal da polícia e os policiais envolvidos em execuções extrajudiciais o fazem com a certeza de que nunca serão responsabilizados.

A VIDA DE FRANCISCA FOI RETIRADA POR ELA SER UMA DEFENSORA DE DIREITOS HUMANOS E O SEU CORPO FOI VIOLADO PARA REGISTRAR QUE ELA, COMO MULHER E NEGRA, NÃO DEVERIA OUSAR OCUPAR AQUELE ESPAÇO DE LIDERANÇA

DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

Ao analisar os problemas da violência e da criminalização, é importante considerar questões de gênero, raça, orientação sexual e identidade de gênero em termos de como são identificadas as várias categorias de perpetradores e a maneira pela qual as lutas individuais são criminalizadas. O fato de que a grande maioria das pessoas defensoras de direitos humanos mortas no Brasil é homem é um reflexo da maneira pela qual as mulheres são marginalizadas tanto na sociedade quanto no movimento de direitos humanos. Está evidente que as mulheres por vezes sofrem violência por parte de suas próprias famílias ou de seu círculo próximo de relações, o que as impede de continuar em seu trabalho de direitos humanos. Há também relatos de dificuldades experimentadas por organizações de mulheres dentro dos movimentos sociais como resultado da violência baseada em gênero. Há várias razões para explicar por que é tão difícil para as mulheres ocuparem esses espaços políticos dentro dos movimentos sociais, incluindo a divisão do trabalho baseada em gênero, a qual cria um fardo triplo para as mulheres. Elas sofrem violência dentro e fora de casa quando defendem publicamente seus direitos. O racismo e violência sexual contra as mulheres negras as torna ainda mais vulneráveis. Ainda é o caso que a maioria dessas questões sequer é abordada nas discussões e na literatura sobre o trabalho de pessoas defensoras de direitos humanos. Essa invisibilidade significa que a maioria dos ataques a defensoras simplesmente não é registrada ou a violência é atribuída a outras causas, como violência doméstica, por exemplo. A morte da defensora de direitos humanos Francisca Chagas da Silva, quilombola da comunidade de Joaquim Maria e liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miranda do Norte, no Maranhão, ilustra as formas específicas pelas quais as mulheres são atacadas. O corpo de Francisca foi encontrado em uma poça de lama, nu e com sinais de estupro, estrangulamento e esfaqueamento. Segundo o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, “a vida de Francisca foi retirada por ela ser uma defensora de direitos humanos e o seu corpo foi violado para registrar que ela, como mulher e negra, não deveria ousar ocupar aquele espaço de liderança.”⁴⁹



Marinete da Silva segura um retrato de sua filha Marielle Franco, uma defensora de direitos humanos brasileira assassinada.

ASSASSINATOS DE PESSOAS LGBTI

Assassinatos de pessoas LGBTI no Brasil atingiram índices inéditos. De acordo com relatórios do Grupo Gay da Bahia,⁵⁰ 343 pessoas integrantes da comunidade LGBTI foram assassinadas no Brasil em 2016,⁵¹ além de outras 445 terem sido mortas em 2017.⁵² Segundo alguns relatórios,⁵³ uma pessoa LGBTI é morta no Brasil a cada 28 horas, enquanto transexuais e travestis, isoladamente, sofrem os maiores índices.⁵⁴ Há ameaças constantes nas redes sociais contra lideranças e eventos LGBTI. Em 2015, por exemplo, um evento chamado Dezeembrada foi realizado em Curitiba com o objetivo de criar uma Frente Nacionalista de direita, com uma agenda abertamente antigay.⁵⁵ Eventos como esse mostram como grupos empenhados em cometer crimes contra pessoas LGBTI estão se fortalecendo e se organizando melhor. Desde 2005, pessoas defensoras de direitos humanos LGBTI vêm sofrendo ameaças e perseguições em Curitiba. Essa situação se deu após a entrega de um dossiê às autoridades policiais que continha queixas graves contra *skinheads*, resultando na prisão de um grupo de neonazistas. No ano seguinte, os defensores LGBTI Igo Martini e Márcio Marins foram agredidos fisicamente por três homens⁵⁶, em razão de seu envolvimento no caso.

CRIMINALIZAÇÃO DE PROTESTOS SOCIAIS

Em vez de adotar medidas para defender os direitos humanos e proteger as pessoas defensoras de direitos humanos, a resposta do Estado tem sido enfraquecer os mecanismos de proteção existentes, criminalizar protestos sociais e difamar os/as defensores e defensoras. Até mesmo o Programa de Proteção às Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, criado pelo governo, foi amplamente ineficiente em decorrência da falta de apoio político e da falta de um arcabouço legal e de recursos financeiros. Criado em 2005, o Programa de Proteção foi implantado em nove estados brasileiros: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Bahia, Rio Grande do Sul, Maranhão e Pará. Em junho de 2017, continuava a existir apenas nos estados de Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco e Ceará. As políticas de proteção devem e podem desempenhar um papel importante na proteção das pessoas defensoras de direitos humanos, mas os estados precisam implementar políticas adequadamente pensadas e com recursos suficientes, para que impeçam os abusos de direitos humanos e de fato garantam direitos.

De acordo com o Grupo de Ação Urgente do Conselho Nacional de Direitos Humanos: “vivemos uma situação de violência estrutural e recorrente. A impunidade das violações de direitos humanos ocorridas no campo garante a eficácia da repressão e aumenta a lista de pessoas e grupos ameaçados e assassinados”.⁵⁷ O sistema de justiça criminal intensifica sua repressão contra pessoas defensoras de direitos humanos por meio da aplicação de legislações como a Lei das Organizações Criminosas⁵⁸ e a Lei de Segurança Nacional.⁵⁹ A nova legislação antiterror⁶⁰ tem sido utilizada de forma crescente para atingir movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST.⁶¹ Em 2016, houve 64 casos de processos contra organizações que faziam campanha contra megaprojetos de desenvolvimento.⁶² Defensores e defensoras de direitos humanos são regularmente taxados/as – inclusive por políticos, empresários e líderes religiosos – como pessoas “más” ou “moralmente corruptas” que “merecem” o que quer que aconteça a elas. Esse tipo de discurso, visível principalmente em plataformas on-line, aumenta o espaço para a ocorrência de ataques violentos.

O QUE PRECISA SER FEITO

A principal questão que liga todas essas lutas individuais é o fato de que o governo brasileiro fechou os olhos para uma crise profunda de direitos humanos criada por suas próprias ações. O que vemos hoje é que a profunda crise política, ética e financeira do Brasil é usada como uma desculpa para atropelar direitos humanos estabelecidos. O número de assassinatos e ataques a defensores e defensoras é um indicador da falta de vontade política por parte do governo em cumprir com suas obrigações nacionais e internacionais. As chamadas “reformas” introduzidas pelo presidente Temer tiveram um efeito devastador na proteção dos direitos humanos no Brasil. O Ministério dos Direitos Humanos não existe mais como uma entidade separada. O Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos foi incluído no Ministério da Justiça, sob a autoridade de um Secretário de Estado, enquanto o Programa de Proteção às Defensoras e Defensores de Direitos Humanos carece dos recursos necessários para prover proteção adequada às pessoas defensoras de direitos humanos em risco. No entanto, a principal responsabilidade pela proteção das pessoas defensoras ainda está no Estado brasileiro – uma situação que terá que ser resolvida com urgência ou os assassinatos continuarão sem trégua.

RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO DO BRASIL

O governo do Brasil deve:

- ❖ Tomar medidas imediatas para assegurar a implementação plena e efetiva do Programa de Proteção às Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.
- ❖ Criar um panorama legal claro com recursos financeiros adequados para garantir a implementação eficaz do Programa.
- ❖ Providenciar documentação e investigação eficazes de ataques a pessoas defensoras de direitos humanos.
- ❖ Desenvolver uma metodologia para abordar os riscos específicos enfrentados pelas pessoas defensoras de direitos humanos que defendem os direitos de povos indígenas, de mulheres e de pessoas LGBTI.
- ❖ Coordenar e integrar as atividades de todos os setores da justiça e dos sistemas de segurança pública envolvidos na proteção das pessoas defensoras.⁶³
- ❖ Priorizar estratégias específicas para superar os sérios desafios estruturais enfrentados pelas comunidades mais vulneráveis do país.
- ❖ Reverter a política de sucateamento de órgãos públicos como a FUNAI e o INCRA, que têm a responsabilidade primária pela proteção dos direitos indígenas e pela reforma agrária.
- ❖ Garantir que a FUNAI e o INCRA tenham apoio político e recursos financeiros para realizarem seu trabalho.